



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA DE GOIÁS
(ESEFFEGO)
EDUCAÇÃO FÍSICA

LEUNICE PEREIRA DA CRUZ

**O ENSINO DAS DANÇAS DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIÃO OESTE DE
GOIÂNIA.**

GOIÂNIA 2023

LEUNICE PEREIRA DA CRUZ

**O ENSINO DAS DANÇAS DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIÃO OESTE DE
GOIÂNIA.**

Trabalho final apresentado na forma de monografia,
como exigência para obtenção do certificado de
professora licenciada em Educação Física pela
ESEFFEGO/UEG, sob orientação da
Prof.^a Ma. Rosirene Campêlo dos Santos

Goiânia, 12 de dezembro de 2023.

GOIÂNIA

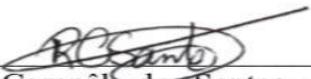
2023

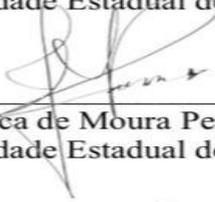
LEUNICE PEREIRA DA CRUZ

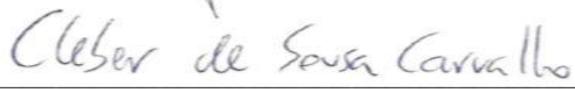
O ENSINO DAS DANÇAS DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIÃO OESTE DE GOIÂNIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte do requisito para obtenção do título de licenciado em Educação Física, pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Aprovado em 11, de dezembro de 2023, pela Banca constituída pelos professores:


Ma. Rosirene Campêlo dos Santos – Orientadora
Universidade Estadual de Goiás (UEG)


Prof.^a. Jéssica de Moura Pereira – Parecerista
Universidade Estadual de Goiás (UEG)


Prof^o Dr. Cleber de Sousa Carvalho - Parecerista
Universidade Federal de Goiás (FEFD)

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa são as danças de matriz africana e afro-brasileira em escolas públicas da região oeste de Goiânia. O problema de pesquisa é identificar como e se a lei 11.645/08 faz parte do conteúdo programático das aulas de educação física na escola. Por se tratar de um estudo teórico-prático a princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de compreender os principais conceitos e um levantamento dos estudos e discussões a respeito dessa temática. Em um segundo momento realizamos a pesquisa de campo com abordagem qualitativa que teve como objetivo de escrever, classificar e explicar a relação existente entre as variáveis que poderiam acontecer. A coleta de dados ocorreu a partir da aplicação de questionário direcionado especificamente para professores licenciados em Educação Física, de quatro escolas da região oeste de Goiânia. Foi feita a análise dos dados levantados a partir da fundamentação teórica realizada. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi compreender como as danças de matriz africana e afro-brasileiras, estão sendo tratada nas aulas Educação Física na cidade de Goiânia, e como os professores de Educação Física estão implementando a Lei 11.645/08 que regulamenta a obrigatoriedade do ensino da temática Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena na escola.

Ao verificar que cada um dos objetivos foi atingido com sucesso, podemos concluir que esta pesquisa não apenas respondeu às perguntas que as motivaram, mas também contribuiu de maneira significativa para a compreensão do ensino das danças de matriz africana e afro-brasileira nas escolas públicas da região oeste de Goiânia. E de identificar como e se a lei 11.645/08 faz parte do conteúdo programático das aulas de educação física nas escolas. Esses resultados, por sua vez, fornecem um valioso ponto de partida para futuras investigações nesta área. Desta forma, o êxito na consecução dos objetivos delineados reforça a relevância e a validade do presente estudo, destacando a contribuição significativa para o conhecimento acadêmico e a potencial aplicabilidade de suas conclusões.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1.0 – Contextualização e Marcos Legais	13
1.1 - A cultura Afro-brasileira e os Marcos legais na Educação.....	13
1.2 LDB, BNCC e DC-GO e a Lei 11.645/08.	19
2.0 - As Danças de Matriz Africana e Afro-brasileira na Escola	23
2.1 – Contextualizando as Danças de Matriz Africana e Afro-brasileira	23
2.2 – As danças de matriz africana e afro-brasileiras na escola	25
3.2 ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA.....	29
3.3 Dados dos questionários das Professoras de Educação Física.....	29
Referências	44

INTRODUÇÃO

O estudo proposto é uma pesquisa teórico-prático de caráter bibliográfico, documental e pesquisa de campo, tendo como objetivo geral da pesquisa: compreender como as danças de matrizes africanas e afro-brasileira, estão sendo tratada nas aulas Educação Física na cidade de Goiânia, o objetivo do problema investigado foi identificar como e se a lei 11.645/08 faz parte do conteúdo programático das aulas de Educação Física na escola, que traz as seguintes questões: os professores licenciados em Educação Física das escolas estaduais incluem no seu plano de aula as danças de matriz africana e afro-brasileiras conforme a lei 11.645/08? Quais são as danças de matriz africana e afro-brasileiras são contempladas? Quais conteúdos programáticos são tratados no decorrer do ano letivo?

Neste sentido, os objetivos específicos foram: 1. analisar como os documentos oficiais como: BNCC e DC-GO, abordam e tratam das questões da Lei 11.645/08; 2. Identificar como os professores licenciados em Educação Física das escolas estaduais incluem no seu plano de aula as danças de matrizes africanas e afro-brasileiras conforme a lei 11.645/08; 3. Verificar quais as danças de matrizes africanas e afro-brasileiras são contempladas e tratadas no decorrer do ano letivo; 4. verificar quais são o[s] desafio[s] do professor [a] de Educação Física na implementação da Lei 11.645/08; 5. identificar quais são os elementos da cultura corporal além das danças de matriz africana ou afro-brasileira fazem parte das aulas de Educação Física, Considerando a lei 11.645/08

A lei 11.645/08 tem como objetivo promover o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira, incluindo a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Ela busca combater o racismo e promover uma educação mais inclusiva e respeitosa em relação às diferentes culturas que compõem o Brasil. No caso específico dos povos indígenas, a lei visa a proporcionar uma compreensão mais ampla e correta sobre sua história, suas tradições, suas línguas e sua contribuição para a formação da identidade nacional. Porém, nesse trabalho não iremos aprofundar no estudo dos povos indígenas e sim sobre a cultura africana e afro-brasileira.

A centralidade na cultura africana refere-se à importância atribuída a certos valores, crenças, práticas e concepções que desempenham um papel fundamental na vida das comunidades africanas. É crucial reconhecer a diversidade de culturas dentro do continente africano, composto por uma ampla variedade de grupos étnicos, línguas e tradições. No entanto,

há alguns elementos comuns que são frequentemente destacados ao discutir a centralidade na cultura africana como: Comunidade e Coletivismo, Espiritualidade e Religião, Respeito pelos Anciãos e Tradições, Ciclo de Vida e Rituais de Passagem, Expressão Artística e Oralidade, Conexão com a Natureza, entre tantos outros. É importante notar que a centralidade na cultura africana varia entre diferentes grupos étnicos e regiões do continente. Cada comunidade possui suas próprias tradições, rituais e valores específicos que contribuem para a rica diversidade cultural africana. É importante notar que a centralidade na cultura africana varia entre diferentes grupos étnicos e regiões do continente. Cada comunidade possui suas próprias tradições, rituais e valores específicos que contribuem para a rica diversidade cultural africana.

Uma das intenções desta pesquisa foi contribuir com a comunidade acadêmica e escolar, no sentido de reforçar a importância de se trabalhar os diferentes elementos da cultura africana e afro-brasileira de forma a ampliar a consciência crítica, buscando ressaltar seu contexto histórico, bem como: festas, danças, jogos, brincadeiras, cantos, músicas, religiosidade e a ancestralidade tão presente nesta matriz e que foi por um longo tempo no Brasil invisibilizada. Trazer e tratar destes elementos nas aulas de educação física a partir dos elementos da cultura corporal significa dar a visibilidade e reconhecer que a sociedade brasileira também foi e é constituída pelos povos africanos, que foram cruelmente retirados de seu continente para viver na condição de escravizados.

Pessoalmente eu escolhi esse objeto de pesquisa por ser uma mulher que constantemente vivencia o preconceito todos os dias, mesmo de forma velada e indireta, digo isso porque presencio diariamente as pessoas fazendo piadas preconceituosas, de forma tão natural que por estarem do outro lado nem percebem ou se percebem, não se importam. Para entendermos um pouco melhor sobre o racismo estrutural, que está tão presente na cultura brasileira onde as pessoas não se dão conta de suas atitudes falarei brevemente um pouco. O racismo estrutural, que é o acesso desigual à educação, do sistema educacional muitas vezes em áreas predominantemente negras ou indígenas enfrentando falta de recursos, professores menos qualificados e baixo desempenho acadêmico em comparação com escolas em áreas brancas. Discriminação no emprego, grupos racialmente minoritários enfrentam discriminação no mercado de trabalho, o que pode resultar em oportunidades de emprego limitadas, salários mais baixos e falta de mobilidade na carreira. Onde alguns por falta de oportunidades começa uma jornada na criminalização, onde pessoas negras e de outras minorias raciais são presas, condenadas e sentenciadas a penas mais longas do que pessoas brancas por crimes semelhantes. O sistema de justiça penal muitas vezes perpetua essas desigualdades.

O Racismo estrutural também acontece na saúde e habitação, muitas vezes têm acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade e enfrentam disparidades de saúde significativas. Além disso, o acesso à moradia segura e de qualidade pode ser limitado para esses grupos devido à discriminação no mercado imobiliário.

O racismo estrutural é um conceito importante porque destaca a necessidade de abordar não apenas atitudes individuais racistas, mas também as políticas, práticas e sistemas que perpetuam a desigualdade racial. Combater o racismo estrutural envolve a implementação de políticas e práticas que promovam a igualdade racial, a justiça social e a inclusão em todos os aspectos da sociedade. Está tão presente na cultura brasileira que as pessoas não se dão conta de suas atitudes. Sobre isso, Almeida (2019) enfatiza que,

Como característica Biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele; como característica étnica-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, "a uma certa forma de existir". A configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Franz Fanon denomina racismo cultural.

Neste sentido, com esta pesquisa tive a oportunidade de estar conhecendo e refletindo sobre esta temática e futuramente preparando alguns estudantes para sociedade, através do meu ensino na sala de aula, tenho certeza de que será de muita importância minha contribuição para essas novas pessoas inseridas na sociedade.

Sempre quis me aprofundar e saber mais de minha etnia e vi no meu projeto e posterior trabalho de conclusão de curso uma forma de ampliar meu conhecimento e ter cada vez mais propriedade no assunto. No dia que vi se não me engano, na matéria história da educação sobre o embranquecimento foi o gatilho que me faltava. Me questionei por que eu não sabia isso e que eu queria saber mais sobre o assunto.

A partir do referencial teórico foi possível compreender, como as Danças Afro têm diferentes denominações, como: Danças de Matriz Africana, Dança dos Orixás, Danças Afro de Guiné, Dança Afro-Contemporânea e Danças Afro-brasileiras.

A possibilidade do ensino das Danças de matrizes Africanas e afro-brasileiras nas escolas, são para contribuir na formação da identidade dos negros que lá estão e para mostrar que essa cultura tão rica que, por vezes, é pouco mencionada no âmbito escolar. Esse trato pedagógico não é suficiente para que assimilem tal riqueza e importância para a formação pois a construção da identidade negra é uma questão complexa e multifacetada, que envolve diversos aspectos individuais e sociais. É importante entender que a identidade negra não é homogênea, pois as experiências, vivências e percepções das pessoas negras variam

amplamente. No entanto, existem alguns elementos comuns que muitas vezes estão envolvidos na construção da identidade negra: Consciência racial: A consciência racial envolve o reconhecimento e a aceitação da própria raça e etnia como parte fundamental da identidade. Isso pode incluir o reconhecimento das histórias, lutas e conquistas da comunidade negra.

Orgulho étnico: Muitas pessoas negras buscam desenvolver um senso de orgulho em sua herança e cultura. Isso pode envolver a celebração de elementos culturais, como música, dança, culinária e tradições, bem como a valorização da contribuição da diáspora africana para a sociedade. Conscientização histórica: Compreender a história do racismo, da escravidão, da luta por direitos civis e dos movimentos de resistência negra é fundamental para a construção da identidade negra. Isso ajuda a contextualizar as experiências contemporâneas e a motivar a luta por igualdade.

Empoderamento: A construção da identidade negra muitas vezes envolve o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança. O empoderamento pode ser alcançado através da educação, do acesso a oportunidades e do reconhecimento das próprias capacidades. Sobre o trato pedagógico, a educação desempenha um papel fundamental na construção da identidade negra. A inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira nas escolas é uma medida importante para promover a consciência racial e o respeito à diversidade étnica. No entanto, é importante notar que a construção da identidade é um processo contínuo que vai além do ensino em sala de aula. Além da educação, é crucial criar um ambiente que promova a igualdade e o respeito às diferenças, combata o racismo e ofereça oportunidades iguais a todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia. A representação positiva nas mídias, a implementação de políticas de inclusão e a promoção de discussões sobre questões raciais são partes importantes desse processo.

A construção da identidade negra é um processo complexo que envolve consciência racial, orgulho étnico, conscientização histórica e empoderamento. O trato pedagógico, embora essencial, deve ser complementado por uma série de ações sociais e políticas que promovam a igualdade e o respeito à diversidade.

Permitindo aos estudantes: conhecer, experienciar, vivenciar e ampliar seus conhecimentos sobre essa cultura. Como também, discutir sobre os preconceitos que os negros sofreram e sofrem até hoje, é importante que tenha mais pessoas na sociedade tratem com profundidade e comprometimento os conhecimentos, por meio de abordagens que sejam críticas e socialmente relevantes, porém, ainda é preciso investigar e estudar a sua história,

questionando, por exemplo, o espaço de expressão e ação que nós negros temos na sociedade brasileira.

Os negros integram a espécie das minorias étnicas. São elas consideradas minorias étnicas em virtude de estarem à margem da sociedade, e em condições de desigualdades absurdas. Isso se deve também a imagem negativa que foi construída há mais de trezentos anos atrás e que ainda hoje impede que as normas programáticas viabilizem a inclusão do negro nas vastas áreas sociais (BORGES, 2007, p. 1).

Não podia aqui deixar de mencionar um fato que me chamou muito atenção no decorrer do curso, e nos textos lidos em que a temática branqueamento era central. As considerações dos textos eram de que os negros, para serem mais bem aceitos na sociedade, deveriam tornar-se brancos. Os defensores do branqueamento orientavam os negros a desenvolverem comportamentos semelhantes àqueles da cultura da classe dominante, ou seja, dos brancos, pois isso os integraria à cultura hegemônica europeia. A esse respeito Mattos, aponta que

(...) o governo republicano (representante dos interesses dos grandes cafeicultores) promoveu uma campanha de branqueamento da população, visando à europeização do Brasil e à eliminação da herança biológica e cultural africana. Para a elite brasileira, o negro, por conta do seu “caráter bárbaro” e “estado de selvageria”, era um empecilho à formação de uma nação, pretendida o mais próximo possível da civilização. Portanto, o negro deveria ser excluído da sociedade brasileira, sendo proibida sua entrada no país. O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da raça branca (MATTOS, 2013, p. 186 apud Alberto 2020 p.105).

O que quero mostrar com isso? É que ninguém tem o direito de querer tirar e mudar você sua etnia, cultura, traços, cabelo etc. Mesmo que até hoje em dia, tem negros [as] que não temem assumir sua etnia e outros sim. De qualquer maneira, não é fácil apropriar-se da condição de negro, uma vez que ainda somos recriminados e tratados com preconceito e desconhecimento. E nas escolas nos professores [as] podemos contribuir passando nossos conhecimentos e contribuir para que nossos estudantes vivenciem um pouco dessa cultura, e uma forma disso acontecer acredito ser por meio das danças de matrizes africanas e afro-brasileira.

A necessidade de busca de conhecimento da história da cultura corporal de diferentes povos que habitam o Brasil, tais como africanos e seus descendentes e indígenas de diferentes etnias, com sensibilidade para suas lutas, dentre elas: por liberdade; pela defesa de direitos; pela resistência a folclorização e/ou branqueamento de sua cultura; pela recomposição de sua humanidade, corporeidade e identidade diante das discriminações e preconceitos que visam levá-los, bem como nos levar, ao esquecimento de nossas raízes multiculturais (SILVA, 2003 p.63).

Neste sentido, acreditamos que o ensino das danças de matriz africana e afro-brasileira, traz várias possibilidades para os estudantes uma vez que irá permitir aos mesmos, conhecer suas origens e ancestralidades, se reconhecer e se autoconhecer enquanto sujeitos de direitos e que devem ser respeitos em suas singularidades, independente da sua cor, raça, classe social ou gênero.

O racismo é uma ideologia que defende a ideia de que existem diferentes raças humanas e que algumas são superiores a outras. Essa crença pode resultar em discriminação, marginalização e tratamento injusto com base na raça de uma pessoa. O racismo pode se manifestar de várias formas, desde discriminação institucional até expressões verbais e atos violentos motivados por preconceitos raciais.

O preconceito racial refere-se a atitudes negativas ou estereotipadas em relação a indivíduos ou grupos com base em sua raça. Essas atitudes podem levar a discriminação e tratamento injusto. O preconceito racial pode ser expresso de diversas maneiras, como piadas ofensivas, estigmatização, estereótipos negativos e atitudes discriminatórias.

O bullying é um comportamento repetitivo e intencional de agressão, intimidação ou discriminação contra uma pessoa ou grupo. Pode ocorrer em diversos contextos, como na escola, no trabalho, online ou em qualquer ambiente social. O bullying pode incluir agressões verbais, físicas, sociais ou emocionais. Quando o bullying tem motivação racial, é chamado de bullying racial.

O bullying racial é uma forma específica de bullying que envolve comportamentos ofensivos, agressivos ou discriminatórios motivados pela raça ou etnia de uma pessoa. Isso pode incluir insultos raciais, discriminação, exclusão social, intimidação baseada na aparência étnica, entre outros comportamentos que causam danos à vítima com base em sua identidade racial.

Todas essas formas de discriminação têm impactos significativos nas vítimas, contribuindo para a perpetuação de desigualdades sociais, emocionais e econômicas. É importante promover a conscientização, a educação e a criação de políticas que combatam o racismo, o preconceito racial e o bullying, visando construir sociedades mais justas e inclusivas.

1.0 – Contextualização e Marcos Legais

1.1 - A cultura Afro-brasileira e os Marcos legais na Educação.

Neste capítulo iremos, fazer alguns apontamentos a respeito de fatos históricos importantes sobre a cultura afro-brasileira. Sendo assim, se torna relevante ressaltar que o povo brasileiro foi constitutivo a princípio por três matrizes originadas pelos: africanos trazidos na condição de escravos, os indígenas que aqui moravam e os europeus, estes últimos os colonizadores. Um fato marcante aos nos referimos aos africanos trazidos ao Brasil, por sua mão de obra escrava, é que ainda hoje, isso se faz presente interferindo principalmente na formação da identidade de submissão dos afros descendentes brasileiros.

A África por ser um continente onde a sua maioria de habitantes são negros, não é visto como um lugar de diversas culturas. Sua imagem está vinculada a escravidão, na idade moderna, onde os europeus os submetiam e caracterizavam os negros como inferiores. Por três séculos os povos africanos serviram a América, entre o século XV e XVII. Já no Brasil os africanos chegar por volta da década de 1551, por meio do tráfico negreiro.

Na década de 1540, onde acontecia o tráfico negreiro, por meio de uma rede de relacionamentos e interesses. As capturas dos escravos começavam no interior do continente africano, com os cativos sendo prisioneiros de guerra que eram vendidos, ou vítimas de emboscadas. Nos portos, ainda na África, eram trocados por alguma mercadoria de valor, como tabaco, cachaça, pólvora, objetos metálicos. Assim, centenas de negros eram capturados e vendidos no litoral. Os negros recebiam uma marca, de ferro quente, como forma de identificação à qual comerciante pertenciam. Onde eram transportados em navios superlotados. Os navios negreiros que transportava os africanos para o Brasil era chamado de tumbeiros.

Era muitos os negros, amontoados por ter uma quantidade muito grande nos porões de navios, que cruzavam o oceano Atlântico, em condições deploráveis, onde se alimentava apenas uma vez por dia, e quase não tinham água potável, por ser uma viagem que as vezes durava mais de 40 dias, muitos morria durante a viagem. Também o banzo (melancolia), por sentir muita falta e saudade do lugar onde se vivia, de seus costumes e povo, era um empecilho que levava à morte. Os africanos que sobreviviam era desembarcado e vendido nos principais portos da colônia. Livres pela Lei Áurea (13/5/1888), o tráfico negreiro no Brasil só foi proibido em 1850, quando

o governo imperial decretou a proibição desse negócio por meio da Lei Eusébio de Queirós. (FAUSTO, 2013, p. 47)

Entre o século XIX e XX, houve movimentação para o branqueamento, movimento esse criado pela elite brasileira. De acordo com Devulsky onde relata que a política pública de branqueamento com o colorismo ganha espaço na comunidade negra, pois, era uma forma que os negros viam para sair da inferiorização e submissão, na tentativa de serem vistos em igualdade com os brancos. (2021, p. 9)

Um dos idealizadores desse projeto foi João Baptista de Lacerda, que participou e representou o Brasil, e propôs a tese de até três décadas para o Brasil se tornar um país totalmente branco. O embranquecimento tinha como objetivo o projeto colonial que pretendia extinguir os negros. Assim sendo, “as políticas de embranquecimento tinham como objetivo “o desaparecimento do negro através da “salvação” do branco sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX (NASCIMENTO, 1978, p. 71).

Com essa política de miscigenação, tivemos a vinda de mais de cinco milhões de imigrantes somente europeus. Para a prática do embranquecimento onde iniciou-se um maior “estímulo” aos casamentos entre negros e brancos a fim de que a miscigenação atendesse ao objetivo de eliminar o elemento negro, era de saúde pública ao acreditar que as epidemias eram causadas pela população negra. Numa imagem muito conhecida, o quadro de Modesto Brocos, é possível que visualizemos 3 gerações de uma família de pessoas cuja origem é negra, mas que passa pelo processo de branqueamento e entrada na civilização através da figura do pai, no quadro ainda é possível visualizar a avó (negra) agradecendo aos céus o nascimento de sua neta, alva branca.



Redenção de Cam, 1895. Modesto Brocos Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>

Porém, podemos dizer que o projeto de embranquecimento não deu muito certo, pois o Brasil tem a sua maioria composta por negros. O Brasil adota uma abordagem de autoidentificação, onde muitas pessoas negras não se veem negras. Isso significa que as pessoas têm liberdade para se identificarem de acordo com sua percepção de raça ou etnia. Muitos brasileiros se consideram pardos, mestiços ou de ascendência mista, em vez de se identificarem explicitamente como negros. Isso pode complicar a análise estatística da população negra. Aqui vou fazer um pequeno resumo sobre a autoidentificação, como vimos anteriormente, aconteceu uma grande mestiçagem entre os Negros, Europeus, indígenas, portugueses etc.

Vamos lá, a história de miscigenação no Brasil resultou em uma população com variados graus de ascendência africana, indígena e europeia, bem como influências de outras origens. Isso torna a categorização racial mais complexa, já que muitos brasileiros têm uma mistura de ascendências.

A diversidade regional por exemplo, a composição racial pode variar significativamente de uma região para outra no Brasil. Por exemplo, regiões do Nordeste têm uma população com uma proporção mais significativa de afrodescendentes, enquanto regiões do Sul e do Sudeste podem ter uma proporção maior de descendentes de europeus. As mudanças demográficas, que é a composição racial da população brasileira onde pode mudar ao longo dos tempos devido a fatores como migração interna e nascimentos. Além disso, políticas de inclusão e ações afirmativas podem afetar a forma como as pessoas se identificam racialmente.

É importante reconhecer que a questão da composição racial da população brasileira é multifacetada e complexa. A afirmação de que a maioria da população é composta por negros deve ser vista com um olhar crítico e considerando o contexto de autoidentificação, mestiçagem e diversidade regional. É fundamental basear-se em dados demográficos atualizados e estudos de pesquisa para obter uma compreensão precisa da situação.

Assim como, hoje segundo dados do IBGE (Instituto *Brasileiro* de Geografia e Estatística). O Brasil é considerado um país preto, onde estudos mostram que a maior porcentagem é negra. “IBGE-mostram que 55,8% da população brasileira é *negra*” (2º Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo na pesquisa acadêmica, reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão. Passemos em revista a forma como aprendemos a ver a África e os africanos escravizados em nossa trajetória escolar. Somos ainda a geração adulta que durante a infância, teve contato com a imagem do africano e seus descendentes no Brasil mediante as representações dos pintores Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas sobre o Brasil do século XIX e seus costumes. Africanos escravizados recebendo castigos, crianças negras brincando aos pés dos senhores e senhoras, os instrumentos de tortura, o pelourinho, o navio negreiro, os escravos de ganho e algumas danças típicas são as imagens mais comuns que povoam a nossa mente e

ajudam a forjar o imaginário sobre a nossa ancestralidade negra e africana. (GOMES, 2008, p. 75).

A citação discute como a abordagem tradicional sobre a África na escola e na pesquisa acadêmica se concentra principalmente no escravismo e no processo de escravidão. Ela destaca que, ao longo de nossa trajetória escolar, fomos expostos a imagens de africanos escravizados e seus descendentes no Brasil, retratados por pintores como Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas durante o século XIX. Essas representações geralmente mostram africanos recebendo castigos, crianças negras brincando aos pés dos senhores e senhoras, instrumentos de tortura, o pelourinho, o navio negreiro, os escravos de ganho e algumas danças típicas. Essas imagens, conforme mencionadas na citação, são comumente associadas à nossa ancestralidade negra e africana, e criaram para moldar o imaginário coletivo em relação a essa parte da história. No entanto, é importante reconhecer que essa perspectiva limitada e focada exclusivamente na escravidão não oferece uma visão abrangente e justa da África e da contribuição dos africanos e seus descendentes para a sociedade.

A história da África é rica e diversa, com uma variedade de culturas, civilizações, conquistas, cantos, músicas, danças e rituais diversos. Além disso, a diáspora africana resultante da escravidão não se limita apenas à experiência da escravidão, mas também envolve lutas pela liberdade, resistência, preservação de culturas e contribuições notáveis em diversas áreas, como música, arte, literatura, ciência e política. Portanto, é fundamental repensar e ampliar a forma como olhamos sobre a África e a história dos africanos e seus descendentes. Isso inclui a inclusão de perspectivas mais abrangentes, que abordam a diversidade cultural, as felicitações e as contribuições positivas, além dos efeitos negativos da escravidão. É necessário promover uma educação que valorize e celebre a herança africana e afrodescendente, combatendo estereótipos e preconceitos, e reconhecendo a importância de uma história mais completa e justa.

Os africanos começaram a chegar para atender a colonização e a demanda portuguesa para trabalhar em lavouras e engenhos de açúcar. Onde os indígenas (povos originários) foram substituídos pelos africanos por volta do século XV e XVII. A escravização africana ficou muito conhecida no Brasil por sua resistência, desobediências, fugas, revolta e formação de quilombos. Os escravizados não podiam praticar suas crenças, valores, e religião, a não ser a impostas pelos seus senhores, mesmo com a proibição os africanos não se abdicaram de suas festas, e rituais. Eles criaram a capoeira como uma forma de defesa de feitores e capitão do mato.

A capoeira tem raízes profundas na história e na cultura afro-brasileira, sendo fortemente influenciada pelas práticas trazidas pelos africanos escravizados durante o período colonial. Muitos elementos da capoeira têm origens em tradições africanas, incluindo movimentos, rituais e costumes. A música desempenha um papel central na capoeira. Durante a prática, os participantes formam uma roda e cantam músicas em português misturadas com termos em línguas africanas. Instrumentos como o berimbau, o atabaque e o pandeiro são comuns nas rodas de capoeira, fornecendo ritmo e orientação para os movimentos.

A capoeira tem uma história complexa e multifacetada. Originalmente praticada por escravizados como uma forma de resistência e preservação de suas tradições culturais, a capoeira foi muitas vezes disfarçada como uma dança para escapar da proibição das autoridades coloniais. Ao longo do tempo, evoluiu e se transformou, incorporando influências regionais e urbanas. A capoeira combina elementos de luta, dança e acrobacias. Os participantes movem-se ritmicamente dentro da roda, desferindo chutes, esquivando-se e realizando movimentos acrobáticos enquanto mantêm o equilíbrio e a musicalidade. Essa integração de movimentos contribui para a singularidade da capoeira. A capoeira é, portanto, muito mais do que uma simples forma de luta ou dança; é uma manifestação cultural rica que incorpora elementos da história, da música, da ancestralidade e da resistência das comunidades afro-brasileiras.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão onde aconteceu por meio da lei Áurea assinado e aprovada pela regente do Brasil a princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

Traços da cultura afro-brasileira estão presentes hoje na música popular, na literatura, no cinema, no teatro, na televisão, para não mencionar a culinária, o carnaval e várias outras práticas populares, juntamente com grande visibilidade nas festas regionais e nacionais; e ainda existem as crenças populares. É também evidente que há uma enorme contribuição linguística africana no português falado no país, muito pouco verificado na História da Educação e com alguma propriedade nas disciplinas que trabalham o nosso vernáculo (CRUZ, 2005, p. 27).

Assim sendo, na medida que os africanos iam chegando no Brasil, e adquirindo costumes brasileiros passaram a se chamar de afro-brasileiro, por suas culturas se juntarem. A África está presente em tudo, como nos traços da população, músicas, danças, artes, lutas, culinária, e nas festividades populares etc. Os aspectos de origem africanas no século XX passou por revalorização que continua até os dias de hoje. Por muito tempo as danças folclóricas, como as congadas, e musicais como o lundu era proibida, foi aos poucos que a cultura africana ganhou espaço, uma das primeiras danças a cair no gosto e ser admirada pela

elite foi o samba. O segundo marco africano a ser adotado e aceito foi a capoeira, apresentada em 1953, por mestre Bimba. (SILVA, Renata de Lima 2010).

Dança na ontologia africana, a música não deve ser somente uma arte do espírito e da alma, mas também uma arte do corpo. Ela deve expressar, no plano humano, a harmonia dos ritmos primordiais do Universo, identificando-se com eles e participando da ordem universal. Daí serem música e dança manifestações indissociáveis (Mbabi-Katana, 1977, p. 26-28).

Hoje podemos encontrar muitos lugares que preserva e prática a cultura africana, podemos dizer que as originais da época, como as casas tradicionais de Candomblé e do Xangô do Nordeste. Também manteve muito vivo mesmo na época da proibição foi o Batuque, o Xambá e a Umbanda.

Por muito tempo as músicas e danças afro-brasileira, foi pouco valorizada assim como a capoeira que era marginaliza, e proibida pela Lei 1.941. Sendo mais aceita no século XX, e mais conhecidas nos dias atuais. Entre tantos exemplos podemos citar como manifestações afro-brasileira: o samba, maracatu, ijexá, coco, jongo, carimbó, lambada, maxixe, maculelê.

Efetivamente, entre as manifestações artísticas desenvolvidas na África tradicional, a música e a dança parecem ter sempre estado presentes em todos os momentos, ocasiões e ambientes da vida em sociedade. Os tambores, por exemplo, tiveram e têm seus toques utilizados com as mais variadas funções e em diversas circunstâncias: tanto no divertimento, inclusive em representações teatrais, como em cerimônias religiosas (propiciatórias e de agradecimento) compreendendo os ritos de passagem, além de servirem como veículo de comunicação e também como expressão do poder político. Neste caso, observemos que, no Antigo Gana, segundo Al-Bakri, a abertura das audiências públicas reais era “assinalada pelo som de uma espécie de tambor formado por um pedaço de tronco oco [...] chamado deba” (Lopes, Nei 2017. Pág.216)

O Brasil é um país diverso, em cultura onde temos uma população com descendência Europeia, Africana e Indígena. O Brasil ainda é um país cheio de cicatriz, onde podemos notar que estar viva a imagem de escravidão submissão e exclusão nos dias atuais ao povo preto. Mesmo com a lei Áurea que aboliu a escravidão, o preconceito racismo e discriminação não deixaram de existir.

O preconceito está inserido na sociedade e todos os ambientes nas ruas, trabalhos, restaurantes, eventos e entre vários outros lugares, como mesmo na escola.

A imagem da população negra sempre estará ligada a coisas negativas, e falas preconceituosas, que são normalizadas e ditas no dia a dia, que nunca ouviu a seguinte frase parece serviço de preto, tá cheirando negro. As inúmeras associações como do negro ao macaco, do cabelo crespo como ruim ou esponja de aço, a mulher negra como símbolo sexual, pode parecer pra quem fala normal e não visto como preconceito.

Outro ponto onde podemos perceber que talvez até por falta de oportunidades e estudo, pessoas pretas, são minoria em empresa de grande porte ou até mesmo em cargos de chefia, é uma porcentagem muito pequena onde nosso país é considerado preto. Por muitos anos tinha até diferença salarial, para o mesmo cargo as pessoas de pele branca exerciam a mesma função, porém sua remuneração salarial era maior pelo simples fato de ser branco.

Esta condição de desigualdade não é segredo para ninguém. Teve origem com a escravidão no período colonial (sécs. XVI-XIX). Naquele período, foi estruturada uma pirâmide social cuja larga base foi alicerçada pela população escravizada negra e indígena. Para justificar a dominação, alimentou-se a ideia de superioridade branca diante das populações marginalizadas. Um longo processo no qual houve contato dos europeus com povos de aparência e hábitos diferentes fez com que aqueles prejudicassem sua cultura mais forte e civilizada. Os “novos povos” foram identificados pelos europeus com animais. (SOUZA, 2001, p.41).

Com muita luta, surgiu o movimento negro, que exigia reconhecimento da contribuição histórica ao país, através de muitas convenções, passeatas, e fóruns de discussões que em 1966 a Lei 7.716 onde torna crime, a discriminação e preconceito por raça, cor, etnia religião. Onde pode ser submetido a punição.

1.2 LDB, BNCC e DC-GO e a Lei 11.645/08.

Lei nº 10.639/03 foi promulgada em 9 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Ela torna obrigatório o ensino da história da África, dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da luta dos negros no Brasil. A lei também prevê a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares, bem como a formação de professores para trabalhar com esses temas.

A Lei nº 11.645/08 foi promulgada em 10 de março de 2008, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e incluiu no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena. Assim como a Lei nº 10.639/03, a Lei nº 11.645/08 busca promover valorização e o respeito à diversidade étnico-

racial presente na sociedade brasileira, além de combater o preconceito. Essas leis são marcos legislativos importantes para a promoção da igualdade racial e para o reconhecimento da contribuição histórica e cultural dos povos afro-brasileiros e indígenas. Elas visam combater o racismo, respeitar a diversidade étnico-cultural e contribuir para uma educação mais inclusiva.

A proposta da Lei nº 10.639/03 é formar cidadãos menos preconceituosos e racista na sociedade, mais principalmente no âmbito escolar. Tanto em escolas públicas como particular. Lei n. 10.639/2003 ajuda a perceber as mudanças, que houve na diversidade e na valorização de diferentes culturas uma forma de demonstrar o papel do Estado como mediador de uma educação antirracista, democrática a população. Assim promover a promoção de igualdade racial.

Em 2008 a Lei foi mudada pois a nº 10.639/03, só contemplava os povos africanos, e sua história, a Lei passou a ser nº 11.645, que também foi inserida a obrigatoriedade do ensino da cultura e história do povo indígena. (BRASIL, 2008, p. 14).

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

Assim altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008).

Vale lembrar que os direitos de aprendizagem estão assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as culturas e os contextos locais e nacionais de produção do conhecimento. Assim, o Art. 26 da LDB certifica que: o ensino da História do Brasil e sua contribuição de diferente culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996, p. 1).

Essa Lei ajuda na conscientização da luta do povo africano e dos movimentos negros, nos tempos antigos, e sua história nos processos de dominação, colonização e escravidão.

A Lei ajudou na política curricular, dos sistemas de educação e dos projetos pedagógicos, entre outros, importante enfatizar que o ensino da cultura de matriz africanas, não são suficientes para acabar com o racismo e as discriminações raciais. Ajuda e possibilita o não silenciamento que existe na escola sobre o racismo. Contribuem para diminuição do bullying, e não a extinção pois sabemos que tem sempre vai ter os estudantes que não leva a sério, o que passado na sala de aula.

[...] uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% dos mesmos entrevistados disseram conhecer outras pessoas que tinham, sim, preconceito. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados. Em 1995, o jornal Folha de S. Paulo divulgou uma pesquisa sobre o mesmo tema cujos resultados são semelhantes. Apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem tê-lo. No entanto, de maneira indireta, 87% revelam algum preconceito ao concordar com frases e ditos de conteúdos racistas, ou mesmo enunciá-los. Tal pesquisa foi repetida em 2011, e os resultados foram basicamente idênticos, mostrando como não se trata de supor que os brasileiros desconheçam a existência do preconceito: jogam-no, porém, para outras esferas, outros contextos ou pessoas afastadas. Trata-se, pois, de “um preconceito do outro”. (SCHWARCZ, 2012c, p.30-31).

Mas temos consequências favoráveis à população negra, pois possibilita que a criança negra tenha um referencial, e conseqüentemente, deve levar toda a sociedade a valorizar e respeitar, negros e indígenas, de forma igualitária a brancos e a outros grupos. Mas sabemos que não acontece dessa maneira na sociedade e até mesmo nas escolas, onde se ensina que todos são iguais, e tem direitos iguais. Se ver muito a falta de respeito e desigualdade no dia a dia.

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (BRASIL, 2001 p. 21).

No DC-GO (Documento Curricular para Goiás) está presente e assegurando o ensino das matrizes indígenas, africanas, Lei nº 11. 645. Que está inclusive na matéria de Educação física. Onde pode ser vivenciada nas músicas, dança e lutas.

O componente curricular Educação Física está organizado em unidades temáticas, objetos de conhecimento, conteúdos e habilidades, visando a democratização do acesso das diversidades e manifestações da cultura corporal, por meio de vivências significativas, valorizando os diversos conhecimentos historicamente acumulados que são essenciais para a compreensão da própria prática, apreensão crítica e reflexiva, com vistas à superação e transformação por parte de todos os envolvidos no processo: comunidade, instituição escolar, professor e estudante. (Documento Curricular para GOIÁS - Ampliado p.186)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento elaborado no Brasil que estabelece como aprendizagens essenciais que todos os estudantes têm direito de desenvolver ao longo da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A BNCC foi aprovada em 2017 e é resultado de um processo de discussão e colaboração entre especialistas, educadores, gestores e sociedade civil. E o DC-GO segue, pois, a BNCC e a norteadora para dar seguimentos e orientações para o currículo escolar.

O DC-GO visa desenvolver e dar referência, como sistematizar e organizar as unidades temáticas. A garantir uma educação de qualidade, equitativa e pontuada com as demandas contemporâneas. Ela estabelece os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os estudantes devem desenvolver em cada etapa da sua formação escolar, com o intuito de promover uma formação integral e cidadã. A elaboração dos currículos e para a construção de projetos pedagógicos, respeitando as especificidades e contextos locais, promovendo uma formação integral, que vá além dos conteúdos tradicionais, estimulando a formação de cidadãos críticos, reflexivos, criativos e capazes de se adaptar às mudanças e desafios do mundo.

A implementação da DC-GO nas escolas pode ser um desafio que requer um processo de formação contínua de professores, adaptação dos currículos e materiais didáticos, e uma revisão nas práticas pedagógicas. É um trabalho em progresso, mas é importante frisar que para a educação no estado de Goiás, o DC-GO busca garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem ou localização geográfica.

Vale ressaltar que a BNCC é um documento nacional e flexível, permitindo que as redes de ensino e as escolas tenham autonomia para adaptar o currículo de acordo com suas especificidades e realidades locais, desde que assegure o cumprimento dos objetivos e competências.

2.0 - As Danças de Matriz Africana e Afro-brasileira na Escola

2.1 – Contextualizando as Danças de Matriz Africana e Afro-brasileira

Nesse capítulo iremos abordar e falar um pouco sobre as danças de matrizes africanas e afro-brasileiras, muitos conhecem ou até praticam as danças de origem africana e afro-brasileiras, porém elas são pouco contextualizadas, não se discutindo sobre sua origem, de onde veio, como surgiu a prática.

No século XIX, as danças africanas começaram a ser vista em apresentações nos palcos, pelos franceses, por não ser considerada uma dança oriental, foi classificada com exótica. Assim como o tango, o flamenco. Com o tempo, personalidades como Joséphine Baker, Katherine Dunham ou Fodéba Kéita nos ofereceram uma nova clareza sobre as danças de origem africana. (Rebento, p. 131 maio 2017).

A dança é uma das artes mais antigas, muito praticada e presente na vida dos povos africanos. Praticamente, todos os acontecimentos ligados a vida dos povos africanos são comemorados com música e especialmente com dança, sendo uma interdependente da outra. As danças de origem africana geralmente são feitas em círculos ou em fileiras. Os participantes raiz geralmente dançam descalços mantendo a tradição de respeito a terra, tendo em vista seus ancestrais, que pertencem a terra. As danças de origem africana seguem o ritmo dos toques e batuques é uma maneira de transmitir o movimento da vida, como se fosse as batidas do coração. Aqui irei ressaltar algumas danças de matrizes africana e afro-brasileiras presentes no Brasil.

O Lundu, um descendente dos batuques africanos, é considerado a primeira música afro-brasileira. A dança do Lundu por ser considerada sensual, mexeu profundamente com os corpos e com a moral da sociedade do período colonial brasileiro. Assim acabou sendo perseguido e proibido pela corte portuguesa. Por ser uma forma de cultura popular os africanos continuaram dançando às escondidas.

O Maxixe dança africana era dançado com os pares enlaçados pelas pernas e braços, apoiando-se pela testa. Essa maneira de dançar lhe valeu o título de “a dança excomungada”. Foi perseguida pela polícia, igreja, chefes de família e educadores.

Só no final do século XIX, o maxixe foi considerado um gênero musical, quando o espírito nacionalista brasileiro aflorado clamava por um aspecto cultural que nos

identificasse como tal. Assim, as casas editoriais imprimiram às músicas com esta classificação a seguinte frase: "a primeira dança genuinamente brasileira. (Revista África e Africanidades Fev. 2009 -pág. 5).

A capoeira, que combina elementos de dança, esporte, música e artes-marciais, nasceu no Brasil durante o século XVII. Seus criadores foram negros escravizados que utilizavam como método de defesa. Logo após a independência do Brasil, proibiu-se a sua prática. O Decreto nº 847 de 1890 considerava crime, com o fim da escravidão, muitos sem ter a quem e onde recorrer se tornaram marginais, onde reforçou ainda mais a discriminação dos negros. E em 2014 a capoeira foi reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade, pela Unesco.

Relacionado com a capoeira, o samba de roda nasceu no Recôncavo Baiano, durante o século XVII, A dança coletiva costuma ser acompanhada por palmas e poesias declamadas; nela, as mulheres assumem um maior destaque. Também considerada patrimônio imaterial da humanidade.

Congada é uma mistura onde se tem música, teatro, dança e espiritualidade. Sua origem se dá sobre as tradições africanas na qual se comemorava a coroação do Rei do Congo e da Rainha Jinga de Angola. A dança é organizada em fileiras, frente a frente, e realizam coreografias que simulam um combate ao ritmo da música, onde utiliza muito a batida das mãos e principalmente dos pés.

Fiz uma ressalva, de algumas danças de origem afro-brasileira mais conhecida atualmente, e que seria de maior facilidade de aplicação nas escolas. Pois os jovens gostam de coisas atuais e cabe a nós professores, tornar nossas aulas mais autêntica e interessante para nossos alunos.

Por exemplo trabalhar a copeira nas escolas ajuda no desenvolvimento do aluno, na sua coordenação motora, aprimora a flexibilidade, equilíbrio e destreza, alivia as tensões do dia a dia, proporciona criatividade e liberdade de movimentos. Além do material do berimbau, principal instrumento que proporciona o som, ser de fácil acesso para sua construção pois precisamos de um por um pedaço de pau, um pedaço de arame e uma cabaça que podemos improvisar.

[...] é por meio de nossos corpos, dançando, que os sentimentos cognitivos se integram aos processos mentais e que podemos compreender o mundo de forma diferenciada, ou seja, artística e estética. A dança, portanto, como uma das vias de educação do corpo criador e crítico, torna-se praticamente indispensável para vivermos presentes, críticos e participantes na sociedade atual. (MARQUES, 2007, p.25).

Geralmente as danças e cultura africanas são só tratadas e faladas, nas escolas no mês de novembro por ser considerado o mês preto, pois é no dia 20 de novembro que se comemora o Dia da Consciência Negra.

2.2 – As danças de matriz africana e afro-brasileiras na escola

Tratar das danças de matriz africana e afro-brasileiras na escola é de extrema importância por diversos motivos. Essas danças possuem um valor cultural significativo, sendo expressões artísticas e rituais que fazem parte da história e identidade dos povos africanos e afrodescendentes. Ao incluir essas danças no currículo escolar, proporciona-se uma oportunidade valiosa de promover a valorização da diversidade cultural e combater o racismo. É fundamental que os estudantes tenham acesso a diferentes manifestações culturais e compreendam a riqueza das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação da sociedade brasileira.

Além disso, o ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras pode contribuir para fortalecer a autoestima e a identidade dos estudantes negros. Ao reconhecer e valorizar suas raízes culturais, promove-se um sentimento de pertencimento e empoderamento, favorecendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. As danças africanas e afro-brasileiras também têm aspectos educativos e pedagógicos relevantes. Elas estimulam a consciência corporal, noções de ritmo e espaço dos estudantes, promovendo a expressão individual e coletiva. Além disso, essas danças geralmente estão associadas a narrativas e tradições orais, possibilitando o aprendizado de histórias, mitos e valores culturais.

Ao incluir as danças de matriz africana e afro-brasileiras nas atividades escolares, as instituições de ensino podem contribuir para o combate ou pelo menos amenizar um pouco o preconceito e à discriminação racial, dentro da escola, como também promover a promoção da igualdade de oportunidades. Essa abordagem educacional amplia a visão de mundo dos estudantes, sensibilizando-os para a importância da valorização da diversidade cultural e para a construção de uma sociedade mais justa.

Neste sentido, as danças de matriz africana e afro-brasileiras na escola é importante para promover a valorização da cultura negra, uma forma de tentar combater o racismo na escola, ampliar o conhecimento histórico, estimular a criatividade e a expressão artística, e promover a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. Essas danças são parte fundamental da

identidade cultural do Brasil e merecem ser reconhecidas e ensinadas em nossas instituições de ensino.

Além da problemática referente ao ensino das danças populares na escola, outra questão que nos chama atenção refere-se a presença de bailarinas negras em importantes espetáculos e companhias de balé, a presença de bailarinas negras em coreografias inspiradas na cultura afro-brasileira é uma questão importante e complexa. Historicamente, a dança no Brasil tem refletido desigualdades sociais e raciais, e a ausência de bailarinas negras em certos contextos é um reflexo dessas disparidades. A dança, assim como outras formas de arte, reflete e reproduz os padrões culturais e sociais de uma determinada sociedade. No caso do Brasil, país marcado pela herança da escravidão, as desigualdades raciais têm sido profundas e persistentes. Isso se reflete na falta de representatividade de bailarinas negras em diferentes esferas da dança, incluindo coreografias inspiradas na cultura afro-brasileira.

Da escola do SNT, Mercedes Baptista reclama por ter sofrido discriminação da parte de Eros Volússia e de ter sido pouco valorizada. Analisando as fotos em que Eros aparece acompanhada de suas alunas ou de algum corpo de baile, podemos notar a ausência de bailarinas negras, mesmo quando se tratava de coreografias inspiradas na cultura afro-brasileira. Em geral, vemos apenas a presença de negros em meio aos tocadores de atabaque, no conjunto musical que acompanhava as bailarinas. Talvez isso possa ser considerado um sinal de que, embora o interesse pela cultura de origem africana fosse crescente nos círculos culturais mais elitizados, um espaço real para a atuação do bailarino negro ainda não se efetivara (Monteiro, 2011, p. 6).

Essa ausência pode ser atribuída a uma série de fatores, como estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Até nos dias atuais podemos presenciar a ideia de uma bailarina (o) "ideal" foi associada a características eurocêntricas, como pele clara, cabelos lisos e corpos esbeltos. Isso criou um padrão estético que excluía pessoas negras e dificultava sua inclusão na dança, mesmo em expressões artísticas que deveriam valorizar sua própria cultura.

Além disso, há também a falta de oportunidades e acessibilidade para bailarinas negras. A formação em dança, muitas vezes, requer recursos financeiros significativos, o que pode limitar o acesso de comunidades marginalizadas. As escolas de dança, as companhias e os espaços de apresentação tendem a ser dominados por pessoas brancas, o que perpetua a desigualdade.

Para Melgaço (2007 p. 24) felizmente, nos últimos anos, tem havido uma maior conscientização sobre a necessidade de diversidade e inclusão na dança. Artistas, coreógrafos e companhias têm trabalhado para desafiar esses padrões excludentes e criar oportunidades para

bailarinas negras. O movimento negro e os ativistas têm levantado suas vozes e exigido uma representação mais justa e igualitária em todas as formas de arte, incluindo a dança. É importante destacar que existem bailarinas (o) negras (o) talentosas (o) e comprometidas (o) com a dança, que estão rompendo barreiras e conquistando seu espaço. Elas são exemplos inspiradores e mostram que a diversidade é fundamental para a riqueza e a vitalidade da dança.

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia que foi desenvolvida durante a pesquisa, abordando assim o tipo, os instrumentos que foram utilizados e também como foi feita a análise dos dados.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os objetivos desse trabalho científico são: compreender como as danças de matrizes africanas e afro-brasileira, estão sendo abordadas nas aulas Educação Física na cidade de Goiânia, o objetivo do problema investigado foi para identificar como e se a lei 11.645/08 faz parte do conteúdo programático das aulas de Educação Física na escola.

Neste sentido, a pesquisa se desenvolveu em dois momentos: 1º) pesquisa bibliográfica por meio do levantamento e discussões do referencial teórico sobre o ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras, 2º) pesquisa de campo em quatro escolas pública da rede estadual situadas na região oeste da cidade de Goiânia, onde os professores de educação física foram os colaboradores respondendo o questionário composto por 11 questões. Sobre o ensino de dança nas escolas Marques enfatiza que:

Dançar, compreender, apreciar e contextualizar danças de diversas origens culturais pode ser uma maneira de trabalharmos e discutirmos preconceitos e de incentivarmos nossos alunos a criarem danças que não ignorem ou reforcem negativamente diferenças de gêneros (MARQUES, 2007, p. 40).

Assim sendo, acreditamos que o ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras nas escolas públicas é uma iniciativa importante para promover a valorização da cultura afrodescendente, afim de minimizar o racismo e proporcionar uma educação mais inclusiva e diversificada. As danças de matriz africana e afro-brasileira são expressões culturais ricas que desempenham um papel fundamental na construção da identidade e na preservação da história

do povo negro. Uma questão importante e relevante, pois essas manifestações culturais têm uma profunda importância histórica e social.

A pesquisa de campo aconteceu em quatro escolas públicas da rede estadual situadas na região oeste da cidade de Goiânia sendo estas: Colégio Estadual Solon Amaral; Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves; Colégio Estadual Edmundo Rocha; Colégio Estadual Benedito Lucimar Hesketh da Silva, cada escola tem um professor, duas delas tem dois professores, porém o questionário foi aplicado apenas no turno vespertino, todas as escolas tem o perfil periférico, por estar situada em uma região mais carente. Onde, os professores de educação física foram os colaboradores respondendo ao questionário composto por 11 questões.

A abordagem escolhida é da pesquisa qualitativa, pois a mesma busca oferecer uma compreensão aprofundada e contextualizada dos diversos aspectos envolvidos nesse processo. Aqui estão algumas contribuições que uma pesquisa qualitativa pode fornecer em relação ao objeto de estudo aqui pesquisado: identificação e análise das práticas culturais relacionadas às danças de matriz africana e afro-brasileiras, identificação dos desafios enfrentados no ensino dessas danças nas escolas públicas, investigação das possíveis barreiras culturais, sociais e institucionais que podem existir, contribuir para uma educação mais inclusiva e diversificada.

Ao abordar esses aspectos de maneira qualitativa, a pesquisa pode oferecer insights ricos e detalhados, permitindo uma compreensão mais holística e aprofundada do cenário do ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras nas escolas públicas.

Portanto, abordagem usada foi a qualitativa, pois o foco ou o centro desta pesquisa não tem uma representatividade numérica mais tem um aprofundamento da compreensão. A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender características sociais específicas por meio da coleta e análise de dados não numéricos. Em vez de quantificar dados, como na pesquisa quantitativa, uma pesquisa qualitativa se concentra em explorar significados, experiências, perspectivas e contextos sociais. Uma pesquisa qualitativa é especialmente útil para explorar áreas complexas e multifacetadas.

A proposta desta investigação foi ir a campo para buscar obter dados a respeito do objeto da pesquisa e compreender sobre: O ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras nas escolas públicas.

Para este estudo foi utilizado como instrumentos de pesquisa o questionário

semiaberto. A escolha do questionário semiaberto foi por ser uma pesquisa qualitativa, e o deseja obter respostas mais elaboradas e explorar a profundidade das experiências e opiniões dos participantes. O questionário semiaberto é uma escolha estratégica quando se busca uma compreensão mais profunda e holística dos temas em estudo, o que é particularmente relevante em pesquisas qualitativas.

O questionário foi elaborado com 11 perguntas para cada um/a dos/as quatro professores/as, nas quais auxiliou a obter uma compreensão abrangente e detalhada das experiências. Ao analisar as respostas desses questionários, podemos ter uma maior compreensão do ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras nas escolas públicas, considerando as perspectivas e práticas individuais de cada professor envolvido na pesquisa

3.2 ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA

Para melhor compreensão e análises dos dados dos questionários os mesmos foram divididos em categorias com base nas perguntas feitas e suas respostas. Foram agrupadas as perguntas de acordo com suas relações entre elas.

As categorias que nortearam as análises são: 1) As danças africanas ou afro-brasileiras e o Currículo Escolar (3,4 e 5), 2) As danças africanas e afro-brasileiras e as questões étnico-raciais (6 e 7) e 3) As danças africanas e/ou afro-brasileiras e a prática pedagógica (8, 9, 10 e 11).

A fim de resguardar as identidades dos/as professores/as, as mesmas serão identificadas como: P1, P2, P3.

3.3 Dados dos questionários das Professoras de Educação Física

Os professores foram entrevistados através do questionário, os mesmos possuem idade superior a trinta anos entre (30/45 anos), essa faixa etária pode indicar um grupo de profissionais que já enfrentou diferentes desafios e transformações na educação ao longo dos anos. A amostra é composta por dois professores do gênero feminino e dois do gênero masculino. A inclusão de ambos os gêneros na pesquisa é crucial, pois as danças de matriz africana e afro-brasileiras frequentemente envolvem expressões culturais que podem ser influenciadas pelas identidades de gênero. Isso também permite uma análise mais abrangente das diferentes perspectivas que podem surgir durante o ensino. Cada gênero pode trazer

experiências e sensibilidades únicas para a promoção da diversidade cultural no ambiente escolar.

Outro dado importante é a respeito da formação dos professores, todos possuem graduação o que pode sugerir uma base educacional sólida, a formação acadêmica é relevante no que se refere aos conteúdos a serem ensinados pela Educação Física, pois pressupõe-se que os mesmos tenham compreensão teórica, sensibilidade cultural e as estratégias pedagógicas diversificadas no processo de ensino. Os dados também, evidenciam que dos 4 professores 3 são concursados e um é substituto uma variável significativa.

As categorias de análises das Entrevistas

1ª Categoria - As danças africanas ou afro-brasileiras e o Currículo Escolar (3,4 e 5)

Neste tópico, buscamos analisar as seguintes questões: 3) O conteúdo de danças africanas ou afro-brasileiras estão previstos em seu planejamento anual? () SIM () NÃO Justifique, 4) Você já ouviu falar da Lei 11.645/08, que trata da inclusão de conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar? () SIM () NÃO Justifique e 5) Em sua opinião, é importante que as escolas estaduais incluam conteúdos sobre danças africanas e afro-brasileiras em seu currículo? () SIM () NÃO Justifique.

Mediante as respostas dos professores podemos verificar que na questão número três, dois professores incluem o conteúdo de danças africanas ou afro-brasileiras que segundo os mesmos, estes estão previstos em seu planejamento anual, já dois dos entrevistados responderam que não, isso implica na formação direta dos estudantes pois duas das escolas está seguindo o planejamento previsto no DC-GO.

Sobre a questão número 3 os professores apresentaram as seguintes justificativas:

P2: Apesar de compreender a importância e influência da cultura afro em nossa formação, geralmente o bimestre que é destinado à dança, trabalhamos mais com danças regionais e típicas da nossa região, e ensaiamos as turmas para a festa junina.

P3: justificativa: Anualmente o colégio em que atuo desenvolve um projeto sobre a consciência negra, durante uma semana no mês de setembro desenvolvemos ações específicas da cultura africana, indígena e afro-brasileira.

P4 justificativa: As danças de matrizes africanas, é um dos conteúdos ministrado em sala de aula.

Frente as respostas apresentadas, podemos supor que de maneira geral os professores sabem que tratar das danças de matrizes africanas são importantes. Porém, chamamos atenção para as dificuldades de articular tais conteúdos de maneira a contemplar outras questões como por exemplo: quando o professor P2 disse que trabalha com as danças regionais e típicas. Verificamos que o mesmo não se atendeu para as danças regionais Estado de Goiás que são de matriz africana ou afro-brasileiras. Neste sentido, uma forma de tratar pedagogicamente esse conteúdo seria propor aos estudantes uma pesquisa sobre isso, como por exemplo: conhecer o grupo de congadas da cidade de Goiânia, situado na Vila João Vaz, outra possibilidade seria a sussa que é uma dança das comunidades quilombolas, as folias de reis entre outras.

Como discutido no capítulo 02, as danças de matriz africana e afro-brasileiras na escola é de suma relevância pois, a partir desse conteúdo o professor pode apresentar e realizar outras discussões pertinentes ao tema como as questões relacionadas ao racismo, preconceitos, desvalorização da população negra, bem como, ampliar o conhecimento histórico, estimular a criatividade e a expressão artística, oportunizando os estudantes a fazerem pesquisas sobre quem são as/os bailarinas/os negras/os brasileiras?, quais são os artísticas negros que representam a sociedade brasileira de maneira política, crítica e consciente? Enfim, provocar os estudantes a pensarem sobre os padrões que são apresentados pela mídia e indústria cultural e quais as consequências disso em nosso cotidiano.

Na questão quatro, onde questionamos se os professores já ouviram falar da Lei 11.645/08, que trata da inclusão de conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, apenas o professor P3 respondeu sim. Este dado nos chama a atenção pois, é bem contraditório com a questão anterior, em que todos justificaram tratar das danças de matrizes africana em alguma medida.

Uma resposta a ser analisada é a resposta do professor P3, que ressaltou: *É uma lei que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica, mas não determina a mesma obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior.*

Esse comentário destaca uma lacuna importante na legislação brasileira relacionada ao ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira. Uma observação sobre a Lei 11.645/08 ressalta uma preocupação válida e levanta uma discussão crítica sobre a extensão da obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos diferentes níveis

de ensino. Algumas questões, que contribuiriam para a crítica do P3. Equidade e continuidade educacional, a ausência da mesma obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior pode levantar questões sobre a continuidade educacional e a equidade no tratamento dessas questões ao longo da trajetória educacional dos estudantes. O ensino superior desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes, e a inclusão desses temas pode ser vista como essencial para uma compreensão completa da história e cultura brasileira.

A formação de profissionais no ensino superior é uma etapa em que muitos indivíduos se preparam para carreiras profissionais. A inclusão obrigatória desses temas nesse nível de ensino pode contribuir para formar profissionais mais sensíveis à diversidade cultural e capazes de lidar de maneira mais eficaz com questões sociais complexas. Porém é importante a revisão da legislação, onde a crítica também destaca a necessidade dessa revisão para garantir que a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira abranja todos os níveis educacionais. Uma análise mais aprofundada da legislação e possíveis ajustes podem ser consideradas para fortalecer a inclusão desses conteúdos nos diferentes níveis escolares e principalmente nos cursos de licenciatura.

A inclusão desses conteúdos nos estabelecimentos de ensino superior pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, promovendo o entendimento mútuo entre os diferentes grupos étnicos e culturais presentes no Brasil crítica aponta para uma lacuna potencial na legislação, destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente no que diz respeito à obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira em todos os níveis de ensino, inclusive no ensino superior. Esta discussão ressalta a importância contínua de avaliação e ajustes nas políticas educacionais para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa. Sabemos que o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nos níveis de ensino das escolas, tem um papel significativo que o ensino superior desempenha na formação de profissionais e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

A dança de matriz africana é uma forma de construir uma educação artística apoiada na cultura corporal do movimento, promovendo criatividade, comunicação e expressão orientadas para a descoberta das capacidades pessoais. Além disso, concorre para uma formação consistente do indivíduo e para preservação das memórias de matriz africana (SABINO E LODY, 2011, p. 178).

A ausência do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira pode ser atribuída a diversos fatores, tanto de ordem prática quanto de natureza mais conceitual e estrutural na forma como o sistema educacional é organizado.

A inclusão de temas como história e cultura indígena e afro-brasileira muitas vezes exige uma formação específica por parte dos docentes. A falta de sensibilização e formação pode ser um obstáculo para a incorporação desses temas nos currículos. Para efetivar mudanças no ensino se faz necessário oferta de cursos de formação continuada.

Um dos entrevistados afirmou que mesmo não tendo conhecimento da lei 11.645/08, usou a justificativa: P2: *Não me lembro dessa inclusão, apesar de ter tido aulas de dança na faculdade das duas culturas, não me atualizei sobre as leis após sair da faculdade, e não chegou até a mim, na educação básica.*

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Apud, Sarah e Karen BRASIL, 2017, p.21).

As danças de matrizes africanas têm uma importância cultural e histórica significativa, e no contexto brasileiro a legislação se apresenta de forma clara, buscando enfatizar a importância e valorização dessas expressões. Diversas leis e diretrizes foram criadas com o objetivo de promover o respeito à diversidade cultural, permitindo a contribuição dos povos africanos para a formação da identidade brasileira. As danças de matrizes africanas têm uma profunda importância cultural e histórica, sendo expressões artísticas que remontam às tradições africanas e foram preservadas e adaptadas ao longo do tempo, especialmente nas comunidades afrodescendentes ao redor do mundo. No contexto brasileiro, essas danças, como o samba, o maracatu, o candomblé, entre outras manifestações culturais, têm raízes profundas nas tradições africanas trazidas pelos povos escravizados durante a colonização.

Antes da Lei 11.645/08, que já mencionamos anteriormente, a Lei 10.639/03 foi pioneira ao incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História

e Cultura Afro-Brasileira". Embora esta lei não seja especificamente de danças, ela abre espaço para uma abordagem mais ampla da cultura afro-brasileira, que inclui manifestações artísticas como as danças. A Lei 11.645/08, ampliou o escopo para incluir também o estudo da cultura indígena. No contexto das danças de matrizes africanas, essa lei reforçará a importância de integrar essas manifestações culturais no ensino, promovendo a valorização das contribuições africanas e indígenas para a sociedade brasileira.

A BNCC, homologada em 2017, destaca a importância de abordar as diferentes manifestações culturais presentes no Brasil, incluindo as de matriz africana. Ela busca promover uma educação mais inclusiva e respeitosa à diversidade, abrindo espaço para a inserção de práticas culturais, como as danças, nos currículos escolares.

Essas leis representam avanços significativos na promoção da diversidade cultural e no combate ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Ao incluir o ensino das matrizes africanas nas escolas, as leis buscam conquistar e valorizar as contribuições dos afrodescendentes para a formação do Brasil, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-cultural.

No entanto, vale destacar que a implementação eficaz, ainda é um grande desafio a ser enfrentado. Nem sempre as escolas possuem recursos e capacitação para abordar esses temas de maneira integral. Além disso, a compreensão e facilidade da importância das danças de matrizes africanas podem variar, sendo necessário um esforço contínuo para superar estereótipos e preconceitos. É fundamental que a educação sobre as danças de matrizes africanas vá além do cumprimento formal das leis e busque promover uma compreensão profunda e respeitosa dessas expressões culturais. Essa abordagem contribui não apenas para a preservação e valorização das tradições culturais, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, as leis e diretrizes indicadas criam uma série de possibilidades que busca refletir e valorizar não somente as danças de matrizes africanas, bem como outras expressões culturais, conhecimentos, curiosidades, modo de viver, crenças, costumes, tradições entre outros. No entanto, a efetivação dessas diretrizes requer esforços contínuos para superar desafios e garantir que a diversidade cultural seja genuinamente integrada ao contexto educacional brasileiro.

Um das perguntas mais satisfatórias dessa categoria foi a pergunta de número cinco, que diz o seguinte. Em sua opinião, é importante que as escolas estaduais incluam conteúdos sobre danças africanas e afro-brasileiras em seu currículo?

Todos responderem sim, usando as seguintes justificativa:

P2, é na escola que conseguimos trabalhar e aumentar a representatividade das minorias.

P3, acredito que a cultura afro-brasileira deve ser desenvolvida em seus mais diversos aspectos e não somente a parte da dança, uma vez que esta cultura é nossa raiz.

P4, A cultura africana se faz presente na nossa sociedade, e é importante que tenhamos conhecimento sobre essa cultura.

Nesta questão observamos que, os professores apresentaram dificuldades em ensinar as danças de matrizes africana, porém reconhece a importância de inclui-las nas aulas. Ensinar danças africanas pode ser uma experiência desafiadora, mas também recompensadora. Como compreensão, respeito pela diversidade e na criação de uma experiência educacional mais enriquecedora e inclusiva. Reconhecer a importância dessas danças é um passo crucial para criar uma abordagem respeitosa e autêntica.

A escola, enquanto lugar de formação deve abrir seus espaços a uma grade curricular que valorize os conhecimentos das manifestações populares locais e regionais dos diversos grupos sociais, buscando aproximar os alunos da infinidade de representações culturais que nos remetem às origens históricas e étnicas do patrimônio cultural brasileiro. Desta forma estará desempenhando um papel diferenciado e transformador, em busca da valorização da diversidade, unindo os saberes populares à educação (ALVES, 2013, p. 02).

Encorajar a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Isso pode incluir permitir que eles compartilhem suas próprias experiências e perspectivas, promovendo uma troca enriquecedora de conhecimento.

2º Categoria - As danças africanas e afro-brasileiras e as questões étnico-raciais (6 e 7)

Já nessa categoria todos os professores responderam sim para a seguinte questão: Você acredita que o ensino de danças africanas e afro-brasileiras podem contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira?

P2 respondeu que sim e fez o seu comentário: Com toda certeza que o ensinamento contribui para a valorização, nem se valoriza sem conhecer e vivenciar outra cultura.

P3, a dança contribui para a valorização da diversidade cultural e como tal possibilita que seja uma porta para disseminação e interesse em conhecer outras partes da cultura do povo que é desenvolvida nesta atividade.

P4, como destacada anteriormente a cultura africana é presente na nossa sociedade, e temos que levar conteúdo, que trate sociedade, presente em nossa sociedade.

Quando passamos para questão sete que faz a seguinte pergunta. Você acredita que a inclusão das danças africanas no currículo escolar pode combater estereótipos e preconceitos raciais?

P3, foi o único que respondeu não e fez o seguinte comentário: Acredito que possa contribuir significativamente para esse combate, mas são necessárias ações envolvendo outros elementos da cultura afro, voltadas também para a conscientização que a cultura afro não se resume a dança, temos outros elementos como a culinária, os jogos e brincadeiras que muitas vezes deram origem aos de outras culturas, etc.

P2 cometa: Acredito que a inclusão no currículo traz a vivência e a vivência provoca a mudança, o que provavelmente ajudará no combate aos estereótipos e preconceitos raciais.

P4, Os estereótipos e preconceitos raciais, nem deveriam existir. Mais infelizmente existe, e deve ser combatido de todas maneiras possíveis.

A inclusão das danças africanas no currículo escolar desempenha um papel importante na promoção da diversidade cultural, no combate aos estereótipos e no enfrentamento do preconceito racial. A valorização da Cultura Africana, a inclusão das danças africanas no currículo proporciona uma oportunidade para os alunos aprenderem sobre a rica diversidade cultural do continente africano. Isso ajuda a superar estereótipos negativos e a promover uma compreensão mais profunda da herança cultural africana. Quebra de Estereótipos, as danças africanas muitas vezes são estigmatizadas ou estereotipadas de maneira negativa na mídia e na sociedade. A inclusão dessas danças no currículo permite que os alunos experimentem e

compreendam as práticas culturais de maneira autêntica, desafiando assim estereótipos específicos.

Ao incorporar as danças africanas no currículo, as escolas podem promover um ambiente diversificado. Isso ajuda a criar uma atmosfera em que todos os estudantes se sintam representados e valorizados, independentemente de sua origem, gênero ou classe social. As danças africanas, pode desenvolver a empatia entre os alunos. Onde eles podem entender melhor as experiências e perspectivas de seus colegas de classe, em diferentes origens culturais, promovendo assim a tolerância e o respeito mútuo. Contribuindo para uma educação mais global, preparando os alunos para viverem em sociedades culturalmente diversas.

As danças africanas muitas vezes têm raízes históricas profundas e estão conectadas a narrativas importantes. Como compreensão mais abrangente da história global, incluindo os impactos do colonialismo, da escravidão e da resistência.

3ª Categoria - As danças africanas e/ou afro-brasileiras e a prática pedagógica.

Na nossa última categoria começamos com a questão oito em que questionamos sobre: na sua visão seria interessante que as danças africanas e afro-brasileiras permeassem o cotidiano do colégio/escola? Todos professores responderam sim.

P2: Sim, é importante o contato com outras culturas que fazem parte da formação do povo brasileiro.

P3: Tendo em vista que as escolas são espaços de diversidade, seria interessante que as mais diversas danças contemplassem o dia a dia do colégio.

P4: Conteúdo que deve ser aplicado.

Todos os entrevistados responderam sim, acreditamos que pelo fato desse ser o objeto de estudo dessa pesquisa, mais também aos vários episódios que aconteceram em nossa sociedade que foram fortemente apresentados pela mídia e que levantaram várias questões sobre preconceito estrutural, racismo entre outras, que estão diretamente relacionados a falta de discussão dessas questões no currículo escolar.

Diante disso, uma forma da escola tratar dessas questões seria promover práticas no cotidiano escolar com uma discussão mais profunda das culturas africanas e afro-brasileiras, mas também criar um ambiente escolar com mais equidade e respeito as diferenças. Além disso, essa abordagem pode ajudar a formar cidadãos mais conscientes e culturalmente competentes. Segue algumas ideias para implantação cotidiana.

Paulo Freire (1968) é um autor fundamental no campo da pedagogia crítica. Seu trabalho "Pedagogia do Oprimido" destacou a importância de uma abordagem educacional centrada nos educandos e aulas participativa. Neste sentido, destaca-se algumas possibilidades como:

Oficinas Regulares: Oferecer aulas regulares de danças africanas e afro-brasileiras como parte do currículo de educação física ou como atividades extracurriculares. Isso permitiria que os alunos aprendem sobre essas tradições de forma prática e participativa.

Eventos Culturais e Apresentações: Organizar eventos culturais regulares nos quais os alunos podem apresentar danças africanas e afro-brasileiras para a comunidade escolar. Essas apresentações podem ser realizadas em festivais culturais, temas temáticos ou outras graças especiais.

Integração com Disciplinas Acadêmicas: Integrar o estudo das danças africanas e afro-brasileiras em disciplinas como história, geografia, artes e literatura. Isso proporcionaria aos alunos uma compreensão mais holística da cultura, conectando as danças a seus contextos históricos, sociais e artísticos.

Decoração e Ambiente Escolar: Incorporar elementos visuais relacionados às danças africanas e afro-brasileiras na decoração do ambiente escolar, como murais, exposições e materiais educativos. Isso cria um ambiente que reflete a diversidade cultural e incentiva o respeito às diferentes tradições.

Parcerias com Comunidades Locais: Estabelecer parcerias com artistas locais e membros da comunidade que tenham conhecimento em danças africanas e afro-brasileiras. Essas parcerias podem enriquecer as experiências dos alunos, proporcionando-lhes acesso a instrutores especializados e oportunidades de aprendizado autênticos.

Na pergunta número nove, questionamos: Você trabalha ou já trabalhou com as danças africanas e/ou afro-brasileiras nas aulas de Educação Física? Por quê? Em caso afirmativo,

como? Dê exemplos E quais foram as danças de matriz africana e/ou afro-brasileiras contempladas?

Nessa pergunta tivemos resposta e justificativa de todos nossos entrevistados.

P1: Acho fundamental no ensino e de grande relevância. Exemplos: em momentos pontuais como dia da consciência negra. danças contempladas? Samba.

P2: Trabalhei como forma de reatividade. danças contempladas? Maculelê.

P3: como relatado anteriormente, a instituição de ensino que atuo tem projeto que contempla a temática. Além disso, considero importante diversificar contemplando a realidade sociocultural do grupo que trabalho.

P4: Conhecimento cultural. exemplos: Através de vídeos explicativos. Danças contempladas?

Samba de roda e Capoeira.

Os professores abordaram que promovem não apenas dança, mas também a compreensão cultural e social. Apenas P1, respondeu não e não usou nenhuma justificativa, já os três professores responderam sim para a seguinte pergunta. Existem outros elementos da cultura corporal além das danças de matriz africana ou afro-brasileira que fazem parte das aulas de Educação Física? P2 responde sim, o seu Por quê? A luta por exemplo. Jogos de origem africana. Deu exemplos da capoeira, pode se enquadrar como luta. Terra e mar dentre outros. P3, porque como já relatei anteriormente acredito que os jogos e brincadeiras desta cultura permeiam nosso público o que torna a aprendizagem significativa. P4, apenas deu exemplos: Jogos e brincadeiras.

Mesmo não tendo participado de nenhuma formação ou curso especializado como podemos notar, nas perguntas anteriores, os professores trabalha algumas danças, no seu conteúdo programático. São alguns exemplos de danças de matriz africana e afro-brasileira contempladas nas aulas dos professores entrevistados:

Capoeira: Uma arte marcial afro-brasileira que incorpora elementos de dança, música e jogo. Pode ser uma excelente forma de combinação de atividade física, motora extensiva e compreensão cultural.

Samba: Uma dança popular brasileira com raízes na cultura africana. O Samba é conhecido por seus movimentos vibrantes e ritmos animados, proporcionando uma ótima oportunidade para os alunos se movimentarem de forma expressiva.

Maracatu: Uma manifestação cultural afro-brasileira que envolve música e dança. Pode ser incorporado às aulas de Educação Física para promover a cooperação e o trabalho em equipe.

Maculelê: O ritmo é geralmente marcado por tambores e, em algumas apresentações, pode ser usado outros instrumentos de percussão. Maculelê tem suas raízes em tradições africanas, mas foi moldado e preservado principalmente pela comunidade afro-brasileira.

Na última pergunta quando questiono. Você já participou ou foi informado a respeito de algum curso de formação continuada de tratada da Lei 11.645/08, ofertado pela SEE? Todos responderam que não.

Ao planejar a inclusão dessas danças nas aulas de Educação Física, é crucial abordar as práticas de maneira respeitosa, educativa e sensível à diversidade cultural. Além disso, é importante adaptar as atividades para atender às diferentes idades, habilidades e contextos culturais dos alunos.

Nenhum dos professores se especializou, ou se informaram de algum curso onde poderiam adquirir mais conhecimento sobre a Lei 11.645/08. Quando há interesse por parte do profissional, mesmo que encontre dificuldades de onde conseguir se aperfeiçoar, existe uma legue de possibilidade, como de participar de eventos e congressos educacionais onde pode ser uma ótima maneira de obter informações atualizadas sobre práticas pedagógicas inclusivas e a implementação da Lei 11.645/08. A aprendizagem contínua e o diálogo com outros educadores são fundamentais para entender o impacto e a implementação da Lei 11.645/08. Essa legislação desempenha um papel crucial na promoção da diversidade. Participar de grupos de estudo se dediquem ao entendimento e discussão da lei. Isso pode ser feito presencialmente ou online, envolvendo educadores, estudantes, essas são algumas opções para nos professores ficar atualizado e contemplar a lei 11.645/08, para prestarmos um ensino de qualidade e rico em conteúdo.

Como podemos observar P1, foi uma das entrevistadas que menos ofereceu dados para coleta de dados, e foi uma das mais morosa a entregar o questionário. Nossa intuição era saber

se o conteúdo era contemplado no componente curricular da educação física, conforme estabelecido pela Lei 11.645/08, e ainda estabelecido no DC GO. Analisando as perguntas tivemos muitas respostas positivas, onde todos os professores mostraram entender a importância, do ensino das danças de matriz africana e afro-brasileiras nas escolas públicas, mesmo não trabalhando dança com fervor, significar que há uma falta de comprometimento visível na incorporação desses elementos culturais nas atividades educacionais, mesmo diante das diretrizes legais que promovem a diversidade e inclusão na educação brasileira. A maioria trabalha assuntos relacionados, como jogos e brincadeiras. Uma observação importante, a resposta do P3, referente a pergunta: O conteúdo de danças africanas ou afro-brasileiras estão previstos em seu planejamento anual? Anualmente o colégio em que atuo desenvolve um projeto sobre a consciência negra, durante o uma semana no mês de novembro desenvolvemos ações específicas da cultura africana, indígena e afro-brasileira.

Aqui percebemos que é apenas trabalhado em meses específicos de alguma apresentação como no dia do índio, ou no dia da consciência negra.

A prática de incluir danças africanas nas apresentações previstas para o Dia da Consciência Negra pode ser uma maneira de celebrar e destacar aspectos da rica cultura afro-brasileira. No entanto, é importante considerar que essa escolha pode às vezes resultar de estereótipos ou limitações na compreensão da diversidade da cultura negra.

Para promover uma abordagem mais abrangente e autêntica no Dia da Consciência Negra, é conversado diversas expressões culturais afro-brasileiras, incluindo outras formas de arte, história, literatura, e explorar contribuições em diversos campos. Dessa forma, as apresentações podem refletir a diversidade e a amplitude da cultura negra, evitando simplificações ou generalizações.

Já o professor: P2, respondeu que *não* e justificou afirmando que: *apesar de compreender a importância e influência da cultura afro em nossa formação, geralmente o bimestre que é destinado à dança, trabalhamos mais com danças regionais e típicas da nossa região, e ensaiamos as turmas para a festa junina.*

Aqui também percebemos que as aulas são usadas para outras práticas, e não o ensinamento previsto no DC-GO, e definido pela BNCC.

Assim verifica-se que, ambas as legislações, a Lei 11.645/08 e a BNCC, convergem no sentido de promover uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade

cultural do Brasil, especialmente no que se refere às populações afro-brasileiras e indígenas. A implementação efetiva dessas diretrizes pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para o combate às desigualdades educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa, é gratificante constatar que os objetivos propostos inicialmente foram plenamente alcançados. O presente estudo teve como intuito, compreender como as danças de matrizes africanas e afro-brasileira, estão sendo tratada nas aulas Educação Física na cidade de Goiânia, e ao longo das análises realizadas, tornou-se evidente que cada um desses objetivos foi devidamente cumprido. Durante o desenvolvimento deste estudo, o foco na [analisar como os documentos oficiais como: BNCC e DC-GO, abordam e tratam das questões da Lei 11.645/08] permitiu uma análise aprofundada de como os professores licenciados em Educação Física das escolas estaduais incluem no seu plano de aula as danças de matrizes africanas e afro-brasileiras conforme a lei 11.645/08, proporcionando insights essenciais para a contextualização e interpretação dessas manifestações culturais. A abordagem adotada demonstrou ser eficaz na consecução deste objetivo, ampliando nosso entendimento sobre o ensino das danças de matriz africana e afro-brasileira nas escolas públicas da região oeste de Goiânia.

A inclusão de danças africanas nas apresentações previstas ao Dia da Consciência Negra desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade cultural e no combate aos estereótipos. Estas danças, representativas das tradições e identidades de diversas comunidades africanas, oferecem uma oportunidade de celebrar e valorizar a riqueza cultural afro-brasileira. No entanto, é crucial considerar que essa representação não deve ser limitada apenas a danças, mas deve se estender a outras formas de expressão artística, histórica e cultural. Dessa forma, as celebrações podem se tornar um veículo mais abrangente para a

conscientização, diálogo e entendimento sobre a herança afro-brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

É essencial considerar a importância do trabalho dos professores na promoção da diversidade cultural, especialmente no contexto das celebrações do Dia da Consciência Negra. Ao trabalhar em conformidade com a Lei 11.645/08, que estabelece a inclusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena nos currículos escolares, os educadores desempenham um papel essencial na formação de uma consciência crítica e na desconstrução de estereótipos. Ao incorporar danças africanas e outras expressões culturais, os professores não apenas atendem aos requisitos legais, mas também enriquecem o ambiente educacional, proporcionando aos estudantes uma compreensão e entendimento a respeito da diversidade étnica. No entanto, é fundamental que esse esforço vá além das apresentações pontuais, integrando-se de maneira consistente às práticas pedagógicas cotidianas, para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

No entanto, para uma implementação mais abrangente da legislação, é fundamental que os educadores busquem enriquecer as abordagens pedagógicas, incluindo uma variedade de expressões culturais, artísticas e históricas. Isso não apenas atende às exigências legais, mas também contribui para uma educação mais inclusiva, que confirma a riqueza da herança cultural afro-brasileira em toda a sua complexidade. A conscientização também deve se estender a formação profissional e ao engajamento com as comunidades. De maneira a formar uma rede, para garantir que os educadores possam cumprir de forma eficaz as orientações da lei, contribuindo assim para uma educação mais justa a diversidade cultural do Brasil.

Concluimos que os professores em certa medida contemplaram os conteúdos previstos da lei 11.645/08, porém os mesmos demonstram algumas fragilidades ao tratar das danças de matriz africana e afro-brasileira. Este fato, pode estar relacionado a duas questões: primeira a formação inicial ligada aos currículos das universidades e segunda a falta de formação continuada para os professores poderem se atualizar.

REFERENCIAS

ACOGNY, Patrick. As danças negras ou as veleidades para uma redefinição das práticas das danças da África. **Rebento**, n. 6, p. 131-156, 2017.

ADORNO, Camille. A arte da capoeira. 6ª. ed. Goiânia, GO: Kelps, 1999.

ALENCAR, Josyanne Gomes. FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: 2008.

AZEVEDO, Célia Maria M. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Rosane da Silva. Repositório institucional ação educativa. 2007.

BORGES, Rosane da Silva. Um Fórum para a Igualdade Racial, Articulação entre Estados e Municípios. São Paulo: Brasil. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

BRASIL, Perspectivas Negras: Construindo políticas públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial. Brasília/2011b

www.seppir.gov.br <http://twitter.com/SEPPIR> <http://facebook.com/seppir.presidencia>.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 91p.

BRASIL, Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008.

CARDOZO, Kelly, A. Dança Afro: O que é e Como se Faz! Minas Gerais, 2006. 15 f. Monografia (Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

CHACON, Juan Alberto Castro et al. Plurissaberes e experiências: letramentos e (de) colonialidade do ser, saber e poder a partir do estado da Bahia. 2020.

DA SILVA, Marilza Oliveira. O tronco histórico da dança afro-brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 27, p. 64-85, 2019.

DEVULSKY, Alessandra. Colorismo. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global Editora, 1972.

FOGANHOLI, Cláudia. Danças Brasileiras de matrizes africanas e indígenas: dialogando com a diversidade. Colóquio de pesquisa qualitativa em motricidade humana/ii congresso internacional de educação física, esporte e lazer/vi shotoworkshop. DANÇAS. 5., São Carlos, 2012. **Anais... São Carlos: UFScar**, 2012.

LAUNAY, Isabelle. Desafios para uma História Transcultural das Danças Contemporâneas. In: Dança, História, Ensino e Pesquisa. Fortaleza: Indústria da Dança do Ceará, 2017.

MACAMO, Arestides Joaquim; DE AZEVEDO, Naiade ScharDOSim. Ensinando práticas corporais de origem afro-brasileira e africana na educação física escolar. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 4, n. 1, 2013.

MACEDO e LOPES, José Rivair e Nei. Dicionário de História da África SÉCULOS VII A XVI. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017;

MARQUES, Isabel. Dançando na escola. 4º São Paulo: Cortez, 2007.

MATTOS, Regiane. História e cultura afro-brasileira. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

MELGAÇO, Paulo. Mercedes Baptista – A Criação da Identidade Negra na Dança. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2007.

MONTEIRO, Mariana. Dança Afro: uma dança moderna brasileira. 2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

PACHECO, Ana Julia Pinto. EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA. **Pensar a Prática**, v. 2, p. 156-171, 1999.

REIS, João José e SILVA Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, A C. Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei nº10.639/03. Salvador/Bahia: EDUFBA, 2020.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da et al. Identidade Negra em construção: um estudo sobre o processo de identificação das jovens negras através da dança-afro. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)igualdades, Salvador/BA, 2011.

SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745–760, set.-dez. 2012.

VAGO, Tarcísio Mauro. O ‘esporte na escola’ e o ‘esporte da escola’: da negação radical para uma relação de tensão permanente. Movimento, ano 3, n. 5, p. 4-17, 1996/2.

